



OS COMPÊNDIOS PRODUZIDOS POR CARLOS MIGUEL DELGADO DE CARVALHO PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO COLÉGIO PEDRO II (1931-1938)

Silvia Helena Andrade de Brito
s.helena.brito@uol.com.br
(UFMS)

Resumo

Passado um primeiro momento de efervescência em torno do ensino de Sociologia no final do século XIX, quando da Reforma Benjamin Constant de 1890, os debates em torno de sua implantação e implementação no ensino secundário só voltaram a se intensificar na segunda metade dos anos 1920. Isso determinou a forte produção de textos escolares, sobretudo entre os anos 1930-1940, destinados ao ensino de Sociologia para a escola secundária, no Brasil. Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980) desempenhou um papel importante nesse momento de consolidação da Sociologia como disciplina escolar na escola secundária. Nesse sentido, esta comunicação tem como objeto os textos escolares produzidos por Delgado de Carvalho para o ensino de Sociologia, entre 1931 e 1938, quando o referido professor era catedrático da disciplina no Colégio Pedro II. São dois os objetivos desse trabalho: 1 desvelar o conteúdo e a proposta de utilização das obras de Delgado de Carvalho; 2 destacar as especificidades do compêndio, enquanto instrumento de trabalho hegemônico no ensino secundário nesse momento histórico – e o proposto por Delgado de Carvalho com os textos produzidos nas primeiras décadas do século XX. Parte-se do entendimento do compêndio enquanto instrumento de trabalho utilizado pelo professor, no interior de uma dada organização do trabalho didático, histórica e socialmente determinada; assim, trabalho, trabalho didático, organização do trabalho didático, instrumentos do trabalho didático e compêndio são as principais categorias que norteiam as análises realizadas. As fontes para tal foram os próprios compêndios de Delgado de Carvalho, bem como as atas da Congregação do Colégio Pedro II, os programas de ensino para a disciplina Sociologia e a legislação referente ao ensino secundário. Como resultados dessa pesquisa, enfatiza-se que o ensino secundário no Brasil, desde o final do século XIX, vivia um momento de transição que se estenderia até o final da primeira metade do século seguinte. Nessa quadra histórica que antecedeu a expansão do ensino secundário no país, os instrumentos de trabalho utilizados pelo professor eram ainda predominantemente os compêndios. Por isso, será essa a modalidade de texto escolar a marcar a trajetória de Delgado de Carvalho. Seus compêndios, no entanto, apresentam algumas características que os diferenciam de seus congêneres do século anterior. Entre elas, sua preocupação com o detalhamento da utilização do compêndio no desenrolar do trabalho a ser desenvolvido pelo professor, quando um maior grau de simplificação e objetivação do trabalho didático era necessário, pois o ensino coletivo, a seriação dos estudos e a especialização dos conteúdos disciplinares se faziam cada vez mais presentes. Acrescente-se à citada especificidade a adesão do autor ao movimento da escola nova no Brasil, principalmente ao pragmatismo, fato que marcará sobretudo o conteúdo dos textos escolares de Delgado de Carvalho.

Palavras-chave: Delgado de Carvalho. Ensino de Sociologia. Colégio Pedro II.

Desde sua criação, na primeira metade do século XIX, o então Imperial Colégio de Pedro II já havia sido pensado como escola modelar para o ensino secundário no país. Tal projeto consolidou-se nos decênios seguintes, atravessando a Primeira República e se fazendo presente até 1951, quando uma última reforma, emanada da Congregação do Colégio Pedro II e aprovada pelo Ministério da Educação e Saúde, teve validade para o ensino secundário público em todo o





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

país. Foi dentro desse período que houve, na referida escola secundária, a introdução da disciplina Sociologia no currículo, que ali esteve presente entre 1925 e a primeira metade dos anos 1940.

Nesse sentido, esta comunicação tem como objeto os textos escolares produzidos por Carlos Miguel Delgado de Carvalho para o ensino de Sociologia¹, entre 1931 e 1938, partindo da constatação de que o referido professor foi catedrático da disciplina durante a maior parte do período em que a mesma esteve presente no currículo do ensino secundário, a saber, entre 1925 a 1941. São dois os objetivos desse trabalho: 1 desvelar o conteúdo e proposta de utilização das obras de Delgado de Carvalho enquanto instrumentos do trabalho didático, considerando o ensino de Sociologia no Colégio Pedro II; 2 destacar as especificidades do compêndio, enquanto instrumento de trabalho hegemônico no ensino secundária nesse momento histórico – e o proposto por Delgado de Carvalho com os textos que produziu nas primeiras décadas do século XX.

Para alcançar os objetivos propostos, um primeiro passo foi o levantamento secundário que permitiu conhecer as condições de produção de cada uma das obras, considerando o processo de institucionalização do ensino de Sociologia. Esse levantamento também foi importante para a reflexão em torno das principais categorias que norteiam as análises realizadas nesse texto: trabalho, trabalho didático, organização do trabalho didático, instrumentos do trabalho didático e compêndio. Em seguida, para a descrição do conteúdo e da metodologia de ensino de Sociologia proposta pelo autor foi escolhido um mesmo tema nos dois textos escolares analisados, a saber, o estudo de dois clássicos da Sociologia – Émile Durkheim e Karl Marx – considerando a divulgação da obra desses estudiosos no Brasil, no período histórico em questão. Além dessas, foram coligidas outras fontes documentais pertinentes (sobretudo as atas da Congregação do Colégio Pedro II; os programas de ensino para a disciplina Sociologia e a legislação referente ao ensino secundário neste momento histórico).

O texto está subdividido em quatro partes: 1 “A implantação e implementação da disciplina Sociologia no Colégio Pedro II”, no qual são apresentadas as condições em que se iniciaram as

¹ A presente comunicação é parte da pesquisa “O manual didático como instrumento de trabalho nas escolas secundária e normal (1835-1945)”, financiada pelo CNPq e desenvolvida por um coletivo interinstitucional de pesquisadores pertencentes ao Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), GT Mato Grosso do Sul.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

atividades da cátedra de Sociologia no Colégio Pedro II; 2 “Os textos escolares de Sociologia produzidos por Delgado de Carvalho”, na qual são apresentadas as obras do autor produzidas durante os anos em que esteve a frente da cátedra dessa disciplina no Colégio Pedro II; 3 “A produção de textos escolares no Brasil e a contribuição de Delgado de Carvalho: apontamentos preliminares”, no qual o conteúdo e a utilização dos compêndios produzidos pelo autor para o ensino de Sociologia são analisados a partir do exame do tema escolhido – a apresentação das obras de Émile Durkheim e Karl Marx; 4 considerações finais.

1 A implantação e implementação da disciplina Sociologia no Colégio Pedro II

Passado um primeiro momento de efervescência em torno da Sociologia no final do século XIX – mais precisamente, um indício de críticas dirigidas à Reforma Constant e, particularmente, à sua base positivista, na qual a Sociologia tinha lugar de destaque (BRITO, 2011) – os debates em torno de sua implantação e implementação no ensino secundário só voltaram a acontecer na segunda metade dos anos 1920.

Vivia-se, neste momento histórico, o “(...) clima de ebulição social característico da década de 1920” (SAVIANI, 2007, p. 193) que fez emergir, no campo educacional, o movimento escolanovista, ancorado no processo de urbanização pelo qual passava o país, resultante do avanço da industrialização, sobretudo na região Sudeste do Brasil. Prenúncio deste novo horizonte, a última reforma da Primeira República, conhecida como João Luiz Alves/Rocha Vaz (VIEIRA, 2008), já citada anteriormente, reforçou os mecanismos de controle do Estado sobre o ensino secundário, tendência que já estivera presente na legislação anterior – a Reforma Carlos Maximiliano – e que seria a marca da atuação estatal, no pós-1930. Assim,

A implantação generalizada de um ensino ginásial, seriado e com frequência obrigatória, e o alargamento das funções normativas e fiscalizadoras da União quanto à instrução secundária de todo o país constituíram aspectos fundamentais desta nova lei de ensino. (NAGLE, 2001, p. 194)

Neste sentido, tornou-se mais frequente o regime seriado, que até então constituía uma exceção no ensino secundário, por um lado. Por outro, tanto os exames de preparatórios como os





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

parcelados foram abolidos para aqueles alunos que não estivessem matriculados em escolas equiparadas, nas unidades federativas, ou no Colégio Pedro II (NAGLE, 2001).

Na nova seriação proposta pelo Decreto 16.782A, de 13 de janeiro de 1925, em seu artigo 47º, aparecia a disciplina Sociologia, no sexto e último ano do ensino secundário. Ainda segundo Nagle (2001, p. 197),

A presença da sociologia, no currículo, constitui inovação muito significativa. (...) [Assim,] a década de 1920, no domínio do “pensamento brasileiro”, caracterizou-se pela forte impregnação de preocupações de natureza “sociológica”. No mesmo sentido deve ser interpretada a inclusão da sociologia nos estudos secundários (...). A utilização e o desenvolvimento do pensamento social, na década, foram cada vez maiores nos meios intelectuais, entre jornalistas, escritores, políticos ou estudiosos. Por isso, nesse período, a sociologia poderia ser considerada a “arte de salvar rapidamente o Brasil”, de acordo com a afirmação de Mário de Andrade.

Some-se a este clima o caráter científico que o movimento renovador entendia como necessário para que se realizassem as transformações requeridas pela educação no Brasil, que redundou na defesa do estreitamento dos laços entre a educação e as Ciências Sociais. Isso reforçava, indo ao encontro do exposto acima por Nagle, a existência de um ambiente propício à implantação e implementação da disciplina Sociologia no ensino secundário. Nesta direção, a Ata da Congregação do Colégio Pedro II, em 28 de agosto de 1925 (COLÉGIO PEDRO II, 1920-1925), sugeria o nome de Adrien Delpech² para ocupar a recém-criada cadeira de Sociologia, visto que o tema do concurso do referido professor para a cátedra de Filosofia versara sobre “A logica da Sociologia”.

Na condição de primeiro professor de Sociologia do Colégio Pedro II, Adrien Delpech foi, provavelmente, o responsável pelo programa que abriu o ensino da disciplina, aprovado em reunião da Congregação em 29 de abril de 1926 (COLÉGIO PEDRO II, 1925-1934). A permanência de Delpech deveu-se ao fato de que ainda não havia concurso previsto para a cadeira de Sociologia naquele ano, quando também haveria a instalação do 6º ano, conforme previsto na

² “O professor Adrien Delpech era belga, nascido no ano de 1867. Fez seus estudos de todos os níveis em Paris. No ano de 1825, aos 25 anos de idade, chegou ao Brasil, onde se estabeleceu definitivamente. No Rio de Janeiro ingressou no Colégio Pedro II, em seguida no Instituto de Educação e na Escola Nacional de Música, lecionando Francês e Artes. (...) Foi professor de várias disciplinas, inclusive Literatura Brasileira, pela qual nutria especial predileção” (SOARES, 2009, p. 86).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (VIEIRA, 2008)³. Logo, visando a continuidade da disciplina no novo ano letivo, a Congregação deveria indicar novamente um professor interino, com a escolha recaindo sobre o mesmo Delpech. Também nesta reunião foram aprovados em bloco os programas para as disciplinas do sexto ano, inclusive o de Sociologia, com o professor Delpech indicando os livros a serem utilizados na referida disciplina.

A mesma situação repetiu-se nos anos de 1927 e 1928, quando o programa da disciplina, sem as discussões que repetidas vezes apareceram na aprovação de outras matérias, como foi o caso da Filosofia, foi aprovado, respectivamente, em 26 e 27 de março dos referidos anos (SOARES, 2009, p. 91). Somente em 1929 apareceria um novo programa, quando a disciplina Sociologia já estava sob a direção do catedrático Carlos Miguel Delgado de Carvalho, que assumira a cadeira em substituição a Adrien Delpech em 21 de novembro de 1927 (DORIA, 1997, p. 234-235)⁴. Delgado de Carvalho permaneceu na condição de catedrático da disciplina até 1941, quando a Sociologia passou à condição de disciplina optativa no ensino secundário.

Neste ínterim, após a Revolução de 1930, duas reformas foram impostas ao ensino secundário: a primeira, em 1931, que ficou conhecida pelo nome do então ocupante do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, Francisco Campos, e a segunda, em 1942, também referida pelo nome do então ocupante do Ministério, Gustavo Capanema. Em 1931, um dos principais problemas ainda enfrentados pelo ensino secundário estava na sua definição como etapa intermediária para as escolas superiores, o que fortalecia a permanência dos exames parcelados e do sistema de preparatórios, apesar dos esforços da Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz, de 1925. Na perspectiva de maior centralização e constituição de um sistema nacional de ensino, os Decretos n. 19.890, de 18 de abril de 1931, consolidado pelo Decreto n. 21.241, de 4 de

³ Com a Reforma Carlos Maximiliano, de 1915, o ensino secundário fora organizado em cinco anos, medida revogada pela Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz, em 1925, que promoveu o retorno do 6º ano ao ensino secundário (VIEIRA, 2008).

⁴ Não consta, no livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II relativo ao ano de 1927, menção a uma reunião daquele colegiado na data indicada por Escragnolle Doria (1997). Seria necessário, assim, confrontar tal informação com outros documentos, como os Livros de Nomeações da instituição. Dois indícios, contudo, podem servir, temporariamente, para corroborar a informação de Doria. Primeiro, frente a data em que foi nomeado para a cadeira de Sociologia, Delgado de Carvalho, provavelmente seguindo a tradição do Pedro II, não modificou de imediato o programa da disciplina, mantendo-o para o ano de 1928. No ano de 1929, no entanto, novo programa foi firmado (VECHIA E LORENZ, 1998), e este já contou, provavelmente, com a participação do novo catedrático da disciplina, sendo este o segundo indício a ratificar a afirmação de Escragnolle Doria.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

abril de 1932, insistiu sobre a organicidade do ensino secundário, com base nos seguintes princípios: currículo seriado; frequência obrigatória; organização em dois ciclos, um fundamental, de 5 anos, “(...) obrigatório para o ingresso em qualquer escola superior e o segundo [complementar, de 2 anos, obrigatório para o ingresso] em determinadas escolas” (ROMANELLI, 1978, p. 135); equiparação de todos os colégios secundários públicos e privados ao Pedro II, mediante inspeção federal; concurso para o corpo docente, com seu registro junto ao Ministério. Nesta nova estrutura, a Sociologia aparecia no segundo ano do ciclo complementar, nos cursos voltados para os candidatos que se dirigiam às Faculdades de Direito; Medicina, Odontologia e Farmácia; Engenharia e Arquitetura.

A Reforma Capanema, de outra feita, mantendo os princípios básicos da Reforma Francisco Campos, reestruturou a escola secundária, criando um primeiro ciclo, o ginásial, com quatro anos de duração, e um segundo ciclo, o colegial, com três anos, que se subdividia em científico e clássico (ROMANELLI, 1978, p. 159). A disciplina Sociologia permaneceu obrigatória apenas nas escolas normais, embora pudesse ser acrescentada ao currículo da escola secundária, na condição de disciplina optativa (CARVALHO, 2004).

Em relação à organização do trabalho didático neste período que vai de 1925 a 1941, pode-se evidenciar particularidades que diferenciam esse momento do anteriormente analisado.

No que tange à relação educativa, é interessante chamar a atenção para a expansão do ensino médio em todo o país, o que certamente vai determinar que a organização do trabalho didático se volte em direção ao ensino coletivo, consagrado pelas diretrizes educacionais voltadas para o fortalecimento da seriação e todo seu corolário no campo curricular. Destaque-se ainda que o ensino médio abrangia, além do secundário, todo o ensino profissional, que também fora alvo das reformas secundadas por Francisco Campo e Gustavo Capanema. Ensinos secundário e profissional, juntos, passaram de 109.421 matriculados em 1920, para 557.434 matrículas em 1950 (ROMANELLI, 1978, p. 64; 77).

Ora, para fazer frente a esta demanda crescente pelo ensino médio, que mais que quintuplicou as matrículas neste grau de ensino entre 1920 e 1950, era mister organizar o ensino coletivo, tornando presente a proposta comeniana tanto para a escola secundária como para a profissional.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Neste sentido, a relação educativa necessária ao ensino coletivo também se fez presente no Colégio Pedro II que, paulatinamente, segundo informações presentes em seus documentos oficiais, foi alvo da mesma forma deste vertiginoso crescimento no número de matrículas. Em Ata da Congregação de 13 de abril de 1927 (COLÉGIO PEDRO II, 1925-1934), relatava-se o atendimento de cerca de 1300 estudantes na instituição, entre alunos do internato e externato.

Ainda caminhando na mesma direção, “(...) o número de turmas do Externato aumenta de 28 em 1932, para 37 em 1933, o que implicou um aumento de 490 alunos” (COLÉGIO PEDRO II, 1925-1934, p. 53). Esta tendência de aumento da demanda no ensino secundário, significando para o Colégio Pedro II um número crescente de inscritos para seu concurso de acesso, levou a instituição, já na década de 1950, a ampliar o número de vagas, bem como o espaço físico para suas instalações, com a inauguração das Seções Norte e Sul (1952) e da Seção Tijuca (1957)⁵.

Frente às novas características impostas para a relação educativa pelo processo de expansão do ensino secundário, importa neste momento caracterizar os outros elementos presentes na organização do trabalho didático, necessários à mediação no interior da relação educativa. São eles os recursos didáticos (ALVES, 2005) – sobressaindo-se, no contexto da escola moderna, o texto escolar⁶.

Nesse sentido, cabe aqui uma menção mais detalhada a Carlos Miguel Delgado de Carvalho, autor de textos escolares de Sociologia⁷ destinados tanto ao ensino secundário naquela que era a escola de referência para esse grau de ensino – o Colégio Pedro II – como também para o ensino normal e para o Instituto de Educação (MEUCCI, 2000; COSTA, 2006; 2007), entre os anos 1930 e 1950.

⁵ As seções do Colégio Pedro II, até 1957, eram: a Seção Centro, primeira edificação própria do colégio e sede do externato (atual Unidade Educacional (U.E.) Centro); a Seção São Cristóvão, sede do internato (atual U.E. São Cristóvão); a Seção Norte (atual U.E. Engenho Novo); a Seção Sul (atual U.E. Humaitá) e a Seção Tijuca (atual U.E. Tijuca) (COLÉGIO PEDRO II, 2011).

⁶ Além dos textos escolares, outros recursos didáticos seriam os procedimentos técnico-pedagógicos utilizados pelo professor, as tecnologias aplicadas ao trabalho didático e os conteúdos dos diferentes programas de ensino. Nos limites desta comunicação, contudo, serão examinados apenas os textos escolares produzidos por Delgado de Carvalho para o ensino de Sociologia, no Colégio Pedro II.

⁷ A obra completa de Delgado de Carvalho, produzida entre 1910 e 1976, inclui volumes com fins didáticos e para a formação de professores em vários campos disciplinares, entre eles, além da Sociologia, a Geografia, a História, a Didática, entre outros (COSTA, 2006; 2011). Costa (2011) catalogou 49 obras publicadas de Delgado de Carvalho, entre elas sete especificamente voltadas para a Sociologia, além de duas voltadas para as Ciências Sociais ou Estudos Sociais, inclusive a Sociologia, produzidas entre os anos 1930 e 1950.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A este autor e suas obras no campo da Sociologia será dedicada a próxima seção desta comunicação, dada sua importância, uma vez que permaneceu na cátedra de Sociologia no Pedro II em pelo menos 13 dos dezesseis anos em que a disciplina esteve presente na grade curricular da instituição.

2 Os textos escolares de Sociologia produzidos por Delgado de Carvalho

Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), o autor de textos escolares de Sociologia aqui apresentado, compartilha com Fernando de Azevedo, entre outros, um papel importante no momento de consolidação da Sociologia como disciplina escolar na escola secundária, motivo que determinou a forte produção de textos escolares, sobretudo entre os anos 1930-1940, destinados ao ensino secundário no Brasil (MEUCCI, 2000). Distintamente de Azevedo, contudo, esse autor teve uma sintonia estreita com parcelas da *intelligentsia* carioca ainda representativa dos meandros da Primeira República, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – de onde lhe sobreveio, provavelmente, a indicação para a docência no Pedro II. Foi no IHGB que iniciou também sua carreira de escritor, com o volume *Geografia do Brasil*, de 1913, seu primeiro livro escrito em português que, embora não tenha sido produzido para fins didáticos, ganhou notoriedade nessa condição (COSTA, 2006).

Sua produção na área de Sociologia, no entanto, veio a termo quando de seu entrelaçamento com o movimento escolanovista, visto que se colocou como tarefa não só a divulgação da visão da Escola Nova acerca da Sociologia mas, sobretudo, enfatizar o *caráter prático* dessa ciência, num momento considerado como de reconstrução da vida nacional. Assim,

O que daí se depreende é que os estudos sociológicos estão ligados a problemas práticos, correspondem a necessidades prementes, encaram situações reais, precisam de dados, de fatos, de informações exatas para auxiliar planos de reconstrução e de reajustamento num futuro próximo. (CARVALHO, 1934, p. 10)

Com essa preocupação, seus trabalhos dirigiram-se a professores e alunos com a preocupação, por um lado, de demonstrar as bases científicas do pensamento sociológico e, por outro, visavam usar esse conhecimento para entender e atuar na realidade social do país, isto é,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

“(…) produzir novos processos de explicação e novas interpretações de fenômenos” (COSTA, 2006, p. 3392), fundamentalmente por meio dos inquéritos e da pesquisa social.

A partir desta base comum, que acompanhou todas as obras produzidas pelo autor, é possível verificar a trajetória do texto escolar de Delgado de Carvalho, examinando-se dois de seus volumes, a saber: “Sociologia”, de 1931 e “Práticas de Sociologia”, de 1938. É importante destacar que os dois textos (“Sociologia” e “Práticas de Sociologia”) foram dirigidos especialmente para o ensino secundário, sendo que somente o primeiro deles, “Sociologia”, foi referido explicitamente como obra dedicada ao ensino de Sociologia no Colégio Pedro II. Já “Práticas de Sociologia”, conforme mencionado pelo próprio autor em seu preâmbulo, destinava-se aos alunos do curso complementar do Colégio Pedro II⁸ e também a outros candidatos que fariam o exame de Sociologia, para ingresso nos cursos superiores do país (CARVALHO, 1939).

A primeira destas obras, “Sociologia”, foi publicada pela Livraria Francisco Alves em 1931. Tendo recebido do autor o subtítulo de “summarios do curso do sexto anno”, reúne as “notas de aula dadas aos alumnos do sexto anno do Collegio Pedro II” (CARVALHO, 1931, p. 4), ou seja, como declarava o autor, notas e sumários sem pretensão literária, que não dispensariam a necessária mediação do professor para o desenvolvimento do trabalho didático.

Quanto a estrutura do texto, a obra é composta de quatro partes, somando 280 páginas, e tratando dos seguintes temas: 1 as teorias sociológicas, informando sobre o objeto, objetivos, método e desenvolvimento histórico da Sociologia enquanto ciência; 2 as sociedades, tratando da conformação e características da vida humana em sociedade; 3 as migrações, onde se discute como se formaram os aglomerados humanos, a partir dos movimentos migratórios; 4 os fatores culturais, englobando a discussão da cultura enquanto marca distintiva da sociedade humana.

Para o desenvolvimento de cada parte do texto, informa-se ainda no prefácio, foi utilizado o processo das interpretações, isto é, apresenta-se o resumo de obras de autores consagrados que tratavam de cada assunto em questão. Daí a perspectiva de que estariam ali reunidas uma visão sintética ou *summarios* dos principais expoentes da teoria sociológica desenvolvida até aquela

⁸ De fato, conforme esclarecimento do autor, aos alunos do Colégio Pedro II já havia sido entregues cópias impressas relativas à matéria essencial, para seu acompanhamento. Dos apontamentos relativos a essa “matéria essencial”, portanto, derivou-se o texto que foi publicado em seguida.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

quadra histórica. Complementarmente também se utiliza notas marginais, com trechos de livros que poderiam ser tomados como base para outros estudos, além de dados bibliográficos (CARVALHO, 1931, p. 4).

Após esta discussão inicial, todos os temas são acompanhados de suas respectivas “questões sociaes”, que encaminham o aluno tanto para a Sociologia aplicada como para o exame de problemas brasileiros, para os quais a Sociologia poderia contribuir, tendo em vista a sua solução racional. Considerando a proposta de uma aprendizagem centrada na atividade do aluno, seria papel a ser desempenhado pelos estudos sociológicos levar os alunos a verem as coisas como elas são, em sua dimensão factual, premissa para uma ação posterior de intervenção sobre o observado (CARVALHO, 1931, p. 5).

Em relação aos autores considerados como clássicos na Sociologia, Carvalho menciona Karl Marx, ao tratar do desenvolvimento histórico das teorias sociológicas no século XIX. Nesta perspectiva, Marx é apresentado como a maior expressão da escola socialista, elucidando-se que se trata de uma teoria voltada a um “Ideal social, [...] ora apresentado como o resultado natural a que tende a evolução económica [sic] do mundo, ora como uma ruptura necessária [sic] e violenta com o presente”. (CARVALHO, 1931, p. 29)

Segue-se a este comentário um rol contendo algumas categorias do marxismo (determinismo econômico, luta de classes, propriedade, valor, trabalho e Estado), esclarecendo apenas que se tratam de concepções marcadas por uma visão “económica” [sic]. Seguindo a forma sintética de organização do livro, marginalmente é apresentado um excerto da obra “O Capital”, expondo a visão de Marx acerca do seu entendimento sobre o desenvolvimento histórico das sociedades humanas. Como ficará reforçado em outros textos escolares de Delgado de Carvalho, sobleva-se na visão marxista de sociedade a questão do determinismo econômico, a partir do qual pouco espaço caberia à ação transformadora – leia-se ativa, na visão pragmática que acompanhava o ideário escolanovista neste momento histórico – do homem em sociedade.

Tratamento diferenciado caberá à teoria funcionalista de Émile Durkheim, descrita de forma mais pormenorizada em dez páginas do livro. Este destaque para a “escola sociológica francesa”, cujo chefe seria Dukheim, é justificado quando Delgado de Carvalho alega que, ao lado de Comte e Spencer, o sociólogo francês era parte do rol de pioneiros no estudo científico da





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sociedade (CARVALHO, 1931, p. 31 et seq.). É importante enfatizar, no entanto, que Delgado de Carvalho abre espaço ainda maior em seu texto para a Sociologia produzida nos Estados Unidos, particularmente para as ideias de Leslie Frank Ward⁹, com quem compartilha a chamada “teoria das forças sociais” (CARVALHO, 1931).

Segundo o próprio Delgado de Carvalho, Ward foi tributário das formulações de Comte e Spencer, e com estes últimos compartilha a visão organicista acerca da sociedade. Simultaneamente, no entanto, ele considerava que os fatores psíquicos eram de fundamental importância no desenvolvimento da civilização, sendo que foi a combinação desses elementos que o levou a formular sua concepção sobre as forças sociais. Nessa direção,

Como em Phisica, em Sociologia podem as *causas dos phenomenos* serem consideradas como *forças*. As forças sociaes seriam *desejos* ou *productos psychicos* que determinam as acções dos homens, isto é, factores internos distinctos dos factores externos do meio physico que Baldwin chama “forças Socioeconomicas”. [...] E sob este ponto de vista, o que corresponde à experiencia, no individuo, é a cultura, na raça. (CARVALHO, 1931, p. 57; 58. Grifos do autor.)

Considerando o principal móvel que Delgado de Carvalho encontrava na Sociologia produzida pelos americanos, qual seja, a preocupação com a necessidade e os desejos humanos que orientam os homens para a ação, o autor conduz suas obras nessa direção. Em vista disso contrapõe o pensamento sociológico europeu “ainda filosófico” – e Durkheim exemplificaria essa tendência – à produção norte-americana, menos especulativa mas “[...] acumulando rico cabedal de dados e materiaes” (CARVALHO, 1931, p. 52), importantes para a possibilidade de tornar a Sociologia uma ciência aplicada. No seguimento de produção de seus compêndios, essa será uma questão crucial para Delgado de Carvalho.

Já o texto “Práticas de Sociologia”, de 1938 (primeira edição, com uma segunda edição em 1939), contando com 238 páginas, era a segunda das obras de Delgado de Carvalho voltadas para o ensino secundário.

⁹ Lester Frank Ward (1841-1913), primeiro presidente da American Sociological Association (1906-1907), tendo como base uma postura reformista (COSER, 1978), e por isso contando já com as premissas do pragmatismo, esperava contribuir para a defesa da importância central da experimentação e do método científico para o campo da Sociologia. Para Ward, a ciência sociológica não deveria ser fria ou impessoal, mas ter o homem como centro e ser orientada para resultados.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Correspondendo “aproximadamente”, conforme Delgado de Carvalho, ao programa da Diretoria Geral do Departamento Nacional de Educação (DNE) do Ministério da Educação e Saúde (MES) para a disciplina Sociologia no Curso Complementar, “Práticas de Sociologia” tem dois objetivos: apresentar a matéria essencial que os alunos deveriam conhecer para se candidatar aos concursos para o ensino superior mas, igualmente, “[...] apresentar as questões principais que constituem a Sociologia moderna” (CARVALHO, 1939, p. 6). Ora, pelo primeiro objetivo o texto de Delgado de Carvalho ia ao encontro do solicitado pelo DNE; pelo segundo, afastava-se, daí seu autor declarar que o mesmo se aproximava mas não correspondia exatamente às Circulares n. 1200 e 3.344, ambas de 1937, que versavam sobre a realização dos exames para ingresso no ensino superior.

Particularmente em relação às divergências com o programa do DNE, o autor declara: o texto não apresenta aqueles temas que Delgado de Carvalho considera estranhos à Sociologia (segundo o autor, temas que estariam mais próximos a um ensaio político-econômico do que a uma Sociologia moderna); não se baseia na preocupação em refutar o funcionalismo francês – particularmente a obra de Émile Durkheim; não está voltado para a instrução moral e cívica dos alunos, que o autor entende não seja papel da Sociologia. Nesse sentido, Delgado de Carvalho defende a posição de que Sociologia deve voltar-se para a compreensão das questões/problemas sociais, na perspectiva de como resolvê-los; não deixa de apresentar os desenvolvimentos mais recentes da ciência sociológica (CARVALHO, 1939, p. 5-6). Na verdade, para o autor, o texto “Práticas de Sociologia” seria o resumo, ou preâmbulo, de uma obra que se encontrava em preparação, denominada “Sociologia Elementar”¹⁰.

O texto “Práticas de Sociologia”, sendo dirigido à preparação do Concurso de Habilitação às Escolas Superiores do Rio de Janeiro, está formatado prioritariamente para a autoinstrução do

¹⁰ Sobre esta questão, duas considerações podem ser feitas. A primeira, lembrando que no verso da falsa folha de rosto de “Práticas de Sociologia” eram indicadas, pelo autor, três obras que estariam sendo preparadas para publicação: a primeira, anunciada desde 1931, era o segundo volume de “Sociologia”, cuja primeira parte fora destinada ao ensino secundário; a segunda era a já citada “Sociologia Elementar”, ao que tudo indica, também voltada ao mesmo nível de ensino; e a terceira e última, denominada “Leituras de Sociologia”. Entre o declarado e a sua materialização, Delgado de Carvalho foi surpreendido pela retirada da disciplina Sociologia do currículo da escola secundária pela Reforma Capanema de 1942, o que provavelmente levou-o à reconsideração do projeto inicial para essas publicações. O direcionamento de seus textos na área de Sociologia, a partir desse momento, seria principalmente a formação de professores (ensino normal, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

aluno, contendo desde o programa oficial da matéria essencial, até exemplos de dissertações e pontos de provas oficiais das escolas superiores. Além disso, apresenta um detalhamento sobre o processo de produção da prova escrita¹¹, desde seus preliminares (contato com o tema a ser desenvolvido, construção de um quadro esquemático sobre o que será debatido na prova), passando pela elaboração da mesma (descrição do que seria a introdução, o desenvolvimento e a conclusão da prova) e observações gerais sobre a importância de aspectos como clareza e concisão, tantos no exame oral como escrito. A essa primeira parte seguem-se treze capítulos, que se aproximam dos temas indicados pela Circular n. 3444, de 1º de novembro de 1937, expedida pelo DNE, na qual constava o programa oficial (CARVALHO, 1939, p. 9-10; 17).

Centrado na preocupação anteriormente referida de autoinstrução, e voltada para a revisão de matéria já anteriormente estudada – portanto, em princípio, conhecida pelo aluno – cada capítulo do texto apresenta a seguinte estrutura: 1. Sumário, que sintetiza as principais temáticas que compõem cada tópico do programa; 2. Planos de dissertações, contendo temas que poderiam ser objeto dessa parte do Concurso. Em cada plano aparecia o esquema para seu manejo pelo aluno, contendo introdução, desenvolvimento e conclusão; 3. Tópicos a discutir em forma de questionário, outra sistemática de avaliação que era prevista no Concurso; 4. Notas e documentação, contendo informações complementares sobre o capítulo, apresentadas por meio de pequenos excertos de obras e autores diversos; 5. Referências; 6. Apêndices, com textos do próprio Delgado de Carvalho, discorrendo sobre temas afins àqueles tratados na parte principal do capítulo. Note-se que os apêndices não aparecem em todos os capítulos.

Dado o caráter sintético do texto, em “Práticas de Sociologia” são feitas apenas breves menções aos diferentes conjuntos teórico-metodológicos que se mostraram presentes ao longo da trajetória histórica da Sociologia. Apesar disso, Delgado de Carvalho não se exime de pontuar, ao final do primeiro capítulo da obra, que em meio às discussões sobre o que seria a Sociologia naqueles primeiros decênios do século XX, “mais do que nunca, afasta-se agora a Sociologia da

¹¹ Novas incursões na documentação primária serão necessárias para definir a autoria em relação a essa parte do texto, ou seja, se são alusões levantadas apenas pelo próprio Delgado de Carvalho (já que receberam o título de “Conselhos sobre a preparação da dissertação sociológica”) ou se estas considerações já apareciam nas Circulares 1.200 e/ou 3.444, respectivamente emitidas em 1º de junho e 1º de novembro de 1937 pelo DNE (CARVALHO, 1939, p. 11).





especulação filosófica das hipóteses e teorias, da preocupação de formular leis. Em suma, evita ser uma ciência normativa” (CARVALHO, 1939, p. 31). Ora, para o autor, essa especulação filosófica, doutrinal, carente de sentido prático, é identificada como característica tanto dos estudos de Durkheim, como daqueles desenvolvidos a partir da teoria de Marx. Isso redundaria, em última instância, numa preocupação de Durkheim e Marx em formular leis que explicassem o desenvolvimento social – o que faria da Sociologia produzida por ambos um *corpus* normativo e não um aparato para a análise da vida social. Contra esse desvio Delgado de Carvalho vale-se da “[...] interpretação norte-americana, mais conveniente, mais prática e livre de controvérsias de ordem doutrinal” (CARVALHO, 1939, p. 31).

Nessa perspectiva, apenas quando considera o tema “Esboço histórico da Sociologia”, e ao tratar de seus precursores, menciona explicitamente a contribuição marxista, limitando-se a pontuar que “[...] os socialistas (*Karl Marx, Fourier, Proudhon, Lasalle*) procuraram evidenciar as falhas da Sociedade e propor alterações, mais ou menos violentas” (CARVALHO, 1939, p. 27. Grifos do autor.).

Já Émile Durkheim, considerado como chefe da escola sociológica francesa, conforme já frisado anteriormente, é introduzido no texto de duas maneiras: na mesma condição sintética na qual aparece todo o conjunto da produção sociológica referida no tema “Esboço histórico da Sociologia”; mas também como interlocutor presente em outras partes do texto, onde suas ideias são contrapostas às próprias posições de Delgado de Carvalho. Estas últimas, como afirmado anteriormente, têm na Sociologia produzida nos Estados Unidos suas bases fundamentais. Delgado de Carvalho, portanto, apresenta as ideias durkheiminianas, que considera representativas da ciência sociológica produzida na Europa, em contraponto à Sociologia na sua expressão em solo americano.

3 A produção de textos escolares no Brasil e a contribuição de Delgado de Carvalho: apontamentos preliminares

Quando se trata de analisar a produção de textos escolares para o ensino de Sociologia por Delgado de Carvalho, a hipótese esboçada ao fim da presente comunicação sobre a função de suas





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

obras na relação educativa, é que o autor, cuja trajetória como escritor de textos escolares se estendeu até a primeira metade dos anos 1970, permaneceu no âmbito da produção de compêndios escolares. Isso se explica uma vez que seus textos foram escritos tendo em vista o momento histórico que antecede o início do processo de universalização do ensino secundário, ou seja, não havia ainda se manifestado plenamente aquela que seria a necessidade fundamental a determinar, em sala de aula, a presença maciça do manual didático – o aumento da clientela escolar.

Ora, Delgado de Carvalho, o autor aqui examinado, produziu seus textos mais exatamente, no momento histórico em que, parafraçando Alves (2005), se colocava no ensino secundário “o império do compêndio didático”. Em função disso, é importante que se defina o que seja o compêndio.

Segundo Alves (2011), o termo compêndio deriva da palavra latina *compendium*, que significava “resumo, síntese”, como também incluía o sentido de “livro de texto para escolas” ou “manual”. Lembra ainda esse autor a importância de se ter claro o significado do verbo compendiar, que remetia à ação de organizar ou sintetizar um determinado conjunto de textos ou documentos. Assim, no significado que historicamente foi sendo atribuído à palavra compendiar, já no contexto da sociedade capitalista, ganhou destaque o ato de sintetizar, ou resumir, como atributos inerentes ao produto daí resultante, a saber, o compêndio.

Acompanhando as reflexões do mesmo autor, destaque-se ainda que, no contexto em que se passou à produção de textos escolares autóctones, sobretudo a partir do século XIX no caso brasileiro, aprofundou-se a fusão dos dois sentidos anteriormente atribuídos ao termo. Ou seja, o compêndio passou a ser cada vez mais o “resumo de uma teoria, ciência, doutrina”, mas que se destinava para utilização como “livro, esp. escolar, que enfeixa tal resumo” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 774 apud ALVES, 2001, p. 14). No caso do Colégio Pedro II, a principal escola de ensino secundário naquele momento histórico, os autores dos compêndios seriam fundamentalmente os professores do próprio estabelecimento. Simultaneamente,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em paralelo, ocorreu o progressivo desuso daquele outro significado, referido nos *Estatutos*¹², que ligava o compêndio às obras e aos autores clássicos. Essa precisão conceitual estava associada ao maior grau de especialização que o próprio instrumento de trabalho ganhara. Especializando-se, também o seu significado se especializou para tornar-se capaz de traduzi-lo como o que de fato passava a ser: instrumento de trabalho didático inteiramente vinculado à escola, ao professor e à função que exercia na relação educativa. (ALVES, 2011, p. 14)

É importante ressaltar, no entanto, que embora já sendo uma mercadoria destinada à escola, o compêndio apresentava algumas características que o particularizavam, em especial quando comparado ao manual didático, o instrumento de trabalho que viria a se tornar hegemônico na organização do trabalho didático, quando posto o processo de expansão do ensino secundário:

- 1 o compêndio “[...] expressava grau limitado de divisão do trabalho didático. Quase sempre, era utilizado em diferentes séries ou anos do processo de escolarização, inclusive em diferentes níveis de ensino” (ALVES, 2011, p. 19). Assinale-se, portanto, que a produção de um compêndio tinha como referência mais significativa a área do conhecimento e não as diferentes etapas da escolarização. Além disso, os limites postos pelo grau limitado de divisão do trabalho didático ainda não traziam a baila a necessidade de que fossem produzidos dois textos, um voltado exclusivamente para o aluno (“livro-texto”) e outro voltado exclusivamente para o professor (“manual do professor”). O compêndio, em síntese, englobava essas duas funções;
- 2 decorrente desse fato, e dado sua configuração “[...] como síntese dos conhecimentos sistematizados na área correspondente” (ALVES, 2011, p. 19), era volumoso – apesar de ser visto como resumo ou mesmo como texto introdutório pelos seus autores – e não apresentava ilustrações;

¹² O autor refere-se aos Estatutos do Seminário de Olinda, que em seu texto são analisados na condição de documento representativo da escola burguesa “tradicional”, aquela que esteve presente em Portugal e suas colônias a partir das reformas pombalinas, na segunda metade do século XVIII (ALVES, 1993; 2011).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

3 enfim, dadas essas especificidades, sua produção ainda era responsabilidade dos professores, em especial, no caso do Colégio Pedro II, geralmente daqueles que estavam à frente da cátedra das diferentes disciplinas¹³.

Vistos nessa perspectiva, percebe-se que os quatro textos escolares produzidos por Delgado de Carvalho, analisados nesta pesquisa, enquadram-se como compêndios e, assim, compartilham com outras obras congêneres as características acima apontadas. Comprova essa assertiva o fato de que mesmo já nos anos 1970¹⁴, em obra dedicada à discussão dos métodos didáticos para os Estudos Sociais, o autor ainda esteja falando de compêndios, bem como pensando num professor erudito, o “mestre”, detentor de “[...] *sólida cultura geral, vistas largas, perspectivas sociais* [...]” (CARVALHO, 1970, p. 128. Grifos do autor.). Tratava-se, dessa forma, do “mestre” capaz de realizar a mediação o conhecimento científico e o aluno, com o auxílio do compêndio.

Ao mesmo tempo, contudo, é possível destacar algumas especificidades nos compêndios de Delgado de Carvalho que poderiam ser indícios da trajetória que esses instrumentos de trabalho assumiram na direção de se tornarem manuais didáticos. Em outras palavras, já se pode ver em algumas de suas obras elementos que não eram típicos dos compêndios, principalmente daqueles produzidos até o século XIX.

Destaque-se que esses elementos resultam, fundamentalmente, da preocupação de Delgado de Carvalho com a simplificação e objetivação do trabalho didático, que deveria transparecer no instrumento de trabalho do professor, especialmente quando esse era dirigido ao ensino coletivo: “o compêndio visa, por conseguinte, adaptar-se ao aluno menos adiantado”

¹³ Já no Imperial Colégio de Pedro II, conforme registros que acompanhavam os programas de ensino de 1862 e 1865, respectivamente, era incumbência do professor catedrático a elaboração dos programas das disciplinas, a definição dos métodos e do desenvolvimento das disciplinas, além da designação dos livros que acompanhariam o desenrolar do trabalho didático (IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO SEGUNDO, 1862; 1865). Neste último ano, ainda, aparece registrada a “introdução do recém-impresso Compendio do respectivo professor [de História Antiga], o Dr. Moreira de Azevedo, que o anno passado o dictava em postillas” (IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO SEGUNDO, 1865, p. 3). Isso indica, portanto, que a origem das notas de aula dos catedráticos podiam ser os textos sistematizados pelos próprios professores; ou as preleções em sala de aula, que se transformavam em postilas – material instrucional para seus alunos, fruto de anotações dos mesmos a partir da matéria transmitida oralmente. Organizadas, essas notas de aula ou postilas transformar-se-iam nos compêndios a serem utilizados como *guias* do trabalho didático. Já nesta última condição, foram se tornando os únicos instrumentos de trabalho a serem utilizados pelo professor.

¹⁴ Trata-se da segunda edição, *revista e aumentada*, do livro “Introdução metodológica aos Estudos Sociais”, cuja primeira edição é de 1957 (CARVALHO, 1970. Os grifos são nossos.).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

(CARVALHO, 1929 apud COSTA, 2006, p. 3392). Além disso, em que pese o volume dos textos e a inexistência de ilustrações, todos se fazem acompanhar de indicações de como deveria se efetivar a rotina do professor em sala de aula, tendo como base, por um lado, a participação ativa do aluno mas sem dispensar a mediação do professor. Nesse sentido, Costa (2006, p. 3395) reconhece, ao tratar de um texto escolar de História produzido pelo autor nesse período que, uma vez dirigidos ao ensino coletivo, nele, necessariamente,

As atividades vão sendo descritas como uma rotina que deveria ser seguida diariamente: exposição sumária do assunto, indicação de duas leituras, exercícios, definição de tópicos a serem estudados, realização de testes, redação de uma carta histórica e uma biografia, indicação da bibliografia e, por fim, apresentar documentos gráficos. (Os grifos são nossos.)

E mesmo nas obras voltadas à Sociologia encontram-se todos os materiais necessários a cada uma das etapas previstas no trabalho didático. Recorde-se, a título de exemplo, a obra “Sociologia”. Visando facilitar o trabalho do professor, Delgado de Carvalho inclui no texto tanto as “interpretações” (“[...] resumo de certas obras alheias que quadram perfeitamente com o plano aqui traçado e cujo autor representa autoridade no assumpto” (CARVALHO, 1931, p. iv)); como as notas marginais (transcrição de trechos curtos que servem como bibliografia complementar e para gerar o debate), que aparecem em negrito e com tipo menor, à direita do texto principal; e, inseridas no texto, as questões sociais que demandariam respostas por parte dos estudos sociológicos, inclusive àquelas relativas aos assuntos nacionais.

Assinale-se também que essas preocupações iam ao encontro dos fundamentos do escolanovismo, presentes na obra de Delgado de Carvalho. Veiga (2008), ao tratar dos princípios didáticos da proposta da escola nova, chama a atenção para seu fundamento último na Psicologia Evolutiva e da Aprendizagem, sendo o tripé da didática renovada a liberdade, a individualização/ espontaneidade e atividade. Na medida em que se tinha como intenção deslocar o eixo do processo ensino-aprendizagem para o aluno, ganharam centralidade divisas como o “aprender a aprender” e o “aprender fazendo”.

No caso de Delgado de Carvalho, essa intencionalidade aparece tanto na ênfase atribuída pelo autor à aplicação da Sociologia na resolução dos problemas postos pela sociedade no Brasil; quanto na organização dos compêndios, que deveriam encaminhar os alunos para a consecução





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

da pesquisa-ação sociológica, aproximando-se da metodologia proposta por Dewey, a saber: partindo da atividade, passa-se à determinação do problema advindo da situação prática em que o aluno está envolvido; em seguida, ao levantamento de dados, visando a formulação de hipóteses sobre o que vem sendo observado/vivenciado que, num último movimento, serão comprovadas pela sua aplicação/utilização em novas atividades (LANCILLOTTI, 2008, p. 229; VEIGA, 2008, p. 76). Nessa direção, parece se colocar também para Delgado de Carvalho, como para outros escolanovistas no Brasil, o desafio que Lancillotti percebe como afeito a outros educadores escolanovistas:

Os educadores [...] tiveram diante de si o desafio de conciliar expansão escolar com individualização do ensino. Empenharam-se na substituição da máxima comeniana de *ensinar tudo a todos*, por outra, mais afeita ao ideário liberal, que hoje se traduz no *aprender a aprender*. Suas tentativas avançaram, particularmente, por meio do recurso à ciência psicológica, na qual fundamentaram novas práticas educacionais e instrumentos de trabalho, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento pleno das capacidades e potencialidades individuais, por meio da atividade do aluno. (LANCILLOTTI, 2008, p. 10. Grifos da autora.)

Segundo a mesma autora, no entanto, o processo de universalização da escola impôs-se, e restou ao escolanovismo a possibilidade de algumas experiências pontuais no tocante à individualização do ensino (LANCILLOTTI, 2008). Ou, como no caso de Delgado de Carvalho, essa prática fica restrita a utilização de técnicas de ensino que permitissem a atuação “autônoma” do aluno, como no caso do estudo dirigido.

Recorde-se, a título de exemplo dessa perspectiva, a obra “Práticas de Sociologia”. Considerando o capítulo 1, “Sociologia, conceito, definição, métodos”, o livro segue o plano seguinte, válido para todos os seus treze capítulos: a) *sumário*, com uma apresentação sucinta do conteúdo da unidade; b) *planos de dissertações*, englobando possíveis modelos de dissertação que poderiam ser objeto dos exames; c) *tópicos a discutir*, selecionados para uma possível arguição oral; d) *notas e documentação*, com pequenos extratos de textos selecionados sobre a matéria em questão; e) *referências*; f) quando se tratava de matéria inédita, para a qual ainda não havia bibliografia consolidada, acrescentavam-se *apêndices* do autor (CARVALHO, 1939). Todo esse esforço pensado para um aluno capaz de dirigir, de forma “autônoma”, a sua aprendizagem.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Quanto ao seu conteúdo, em especial aquele dedicado à apresentação da teoria de Émile Durkheim e Karl Marx, Delgado de Carvalho, determinado pela necessidade da síntese e, simultaneamente pelo empenho em apresentar, da forma mais ampla possível, os fundamentos da ação prática no campo social – características afeitas aos seus textos, na qualidade de compêndios – estabelece um diálogo entre essas diferentes correntes teórico-metodológicas. Sua chave analítica, contudo, diferentemente de Fernando de Azevedo (BRITO, 2010), por exemplo, não é aquilo que ele denomina como “escola sociológica francesa” mas a Sociologia norte-americana.

Assim, o objeto da Sociologia seriam “(...) as manifestações determináveis e exteriores da sociabilidade” (CARVALHO, 1934, p. 15). A partir desse denominador comum, que percebe os fenômenos sociais como exteriores ao homem, como *coisas*, logo, passíveis de serem conhecidos pela análise sociológica, as singularidades das diversas concepções são igualadas – e simplificadas – em uma condição comum de “particularismos na interpretação sociológica”. O que viria se modificando, ao longo da história da explicação sociológica, seria o que cada autor apresenta como determinante para a análise do *fato social*, que “[...] se traduz pela hipótese da *evolução* em Spencer, pelo *determinismo econômico* de Karl Marx, pela *imitação* de Gabriel Tarde, pela *força social* de Lester Ward, pelas *representações coletivas* de Durkheim [...]” (CARVALHO, 1934, p. 12. Os grifos são do autor.).

Partindo de um entendimento compartilhado com o funcionalismo acerca do objeto da Sociologia, Delgado de Carvalho logo dele se afasta, reivindicando sua adesão ao pragmatismo e, conseqüentemente, à Sociologia americana. Com essa postura, traz para suas obras a contribuição de Leslie Ward, naturalista e sociólogo autodidata norte-americano, considerado um divulgador e continuador da obra de Spencer e Comte. Desse último, Delgado de Carvalho assumiu, em suas primeiras obras, a visão da sociedade funcionando a maneira de um organismo natural, movido pelas chamadas “forças sociais”, isto é, “os desejos ou productos psychicos que determinam as acções dos homens” (CARVALHO, 1931, p. 57). Mais tarde, entre o final dos anos 1930 e começo da década seguinte, vai declarar que “A Sociologia tende a ser uma ciência das interações humanas condicionadas pela cultura e não mais um estudo de ‘forças sociais’ de instintos ou de desejos” (CARVALHO, 1939, p. 31).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Tanto na teoria das forças sociais como no culturalismo, contudo, a visão de um quadro social onde o indivíduo e sua ação prática são fundamentais será reforçada com os posicionamentos do pragmatismo, corrente filosófica que Delgado de Carvalho também assumirá em seus textos escolares de Sociologia, em particular pela sua vertente sociológica¹⁵. Será com base nesse legado que irá reivindicar uma postura pragmática na Sociologia, especialmente quando voltada para a formação de professores, com uma ênfase especial para as suas aplicações aos problemas enfrentados no país. Esse será, igualmente, o ponto de partida para sua crítica à postura da escola sociológica europeia, inclusive a francesa. São transcritos, a seguir, alguns de seus posicionamentos nessa direção:

O pensamento sociológico, *ainda philosophico na Europa, é menos analytic na elaboração de conceitos e de definições na America*, onde, em compensação está accumulando rico cabedal de dados e materiaes. (CARVALHO, 1931, p. 52. Os grifos são nossos.)

De todos os países de civilização ocidental, *o que mais se tem dedicado a fazer progredir a ciência social, destacam-se os Estados-Unidos da América do Norte*, logo após a guerra civil dita de Secessão. (CARVALHO, 1939, p. 29. Os grifos são nossos.)

Mais do que nunca, *afasta-se agora a Sociologia da especulação filosófica das hipóteses e teorias, da preocupação de formular leis*. Em suma, evita ser uma ciência normativa. No Brasil, entretanto, estas tendências estão lutando muito para vencer uma certa incompreensão do papel real que cabe aos estudos de Sociologia. A influência do Sociologismo (sic) durkheiminiano, generalizado por cauda de maior conhecimento da língua francesa entre nós, provoca em certos meios alguma apreensão, talvez justificada. Porisso, *lutam os sociólogos brasileiros para dar preferência à interpretação norte-americana, mais*

¹⁵ Em relação a John Dewey (1859-1952), a principal expressão do pragmatismo no campo filosófico e educacional, a questão fundamental de sua proposta “[...] era que a filosofia devia interessar-se pelos problemas e raciocínios associados ao cotidiano, e também exercer uma crítica do mundo cotidiano, não se limitando a uma atividade meramente contemplativa. Mais tarde aplicou sua filosofia aos problemas morais, os quais, sustentou ele, podiam ser julgados de modo prático, segundo a maior ou menor eficácia que as máximas morais tivessem para resolver problemas humanos (OUTWHITE; BOTTOMORE, 2006, p. 809-810). Já na Sociologia norte-americana, o pragmatismo desenvolveu-se sobretudo na chamada “Escola de Chicago”, com uma perspectiva teórico-metodológica que incluía relações estreitas com o Departamento de Filosofia dessa instituição universitária, no qual se destacavam exatamente os professores John Dewey e George Herbert Mead (1863-1931). Partindo de uma defesa enfática da Sociologia como ciência empírica, a “Escola de Chicago” afirmava “[...] que a sociologia só poderia desenvolver-se na América do Norte caso se dedicasse ao estudo dos muitos problemas sociais que confrontavam a América urbana na rápida onda de urbanização, industrialização e expansão capitalista subseqüentemente (sic) à Guerra Civil. [Por isso] os membros do departamento estudaram os *dancings* da cidade, garçonetes, vagabundos, os valores dos terrenos locais, delinqüentes (sic) juvenis, ladrões e as relações raciais em Chicago” (OUTWHITE; BOTTOMORE, 2006, p. 249), construindo as bases para a constituição de uma Sociologia enquanto ciência aplicada na tradição norte-americana.





conveniente, mais prática e livre de controvérsias de ordem doutrinal. (CARVALHO, 1939, p. 31. Os grifos são nossos.)

Note-se que mesmo no texto “Práticas de Sociologia”, voltado à preparação dos alunos para o ingresso em cursos superiores, por meio do estudo dirigido da matéria sociológica, Delgado de Carvalho não deixa de expressar suas críticas ao funcionalismo francês. Discorda, em particular, do que considera como a preocupação excessiva deste último com a “especulação filosófica”. Ela seria contrária tanto à função da Sociologia enquanto “ciência positiva [...] cujo objetivo final é prever e orientar, pois tem em vista um melhoramento das condições da vida social” (CARVALHO, 1939, p. 20)¹⁶; como também deixaria de considerar a necessidade de instrumentalizar o aluno para responder aos desafios postos pelo contexto social em que está inserido.

4 Considerações finais

Concluindo, enfatiza-se que uma das hipóteses levantada por este trabalho é que o ensino secundário no Brasil, desde o final do século XIX, vivia um momento de transição, que se estenderia durante a primeira metade do século seguinte, abrangendo igualmente a organização do trabalho didático para o ensino de Sociologia, no Colégio Pedro II.

No início desta transição, entre a última década do século XIX e o início do século XX, ainda não se colocava claramente nem a relação educativa, pautada pelo ensino coletivo; nem a hegemonia dos procedimentos, das técnicas de ensino, dos currículos ou do instrumento de trabalho que marcariam a escola moderna, com a predominância do uso do manual didático. Justamente nesse momento histórico encontram-se os textos escolares de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, examinados no presente trabalho. Ainda mais: por terem sido produzidos no contexto econômico, social e político que antecedeu a expansão do ensino secundário no país, quando os instrumentos de trabalho utilizados pelo professor eram ainda predominantemente os

¹⁶ É interessante como Delgado de Carvalho, ao citar a produção de Fernando de Azevedo, reconhecido naquele momento histórico como “intérprete do sociologismo francês”, refere-se a “Princípios de Sociologia” (AZEVEDO, 1935) tão somente como uma “obra de erudição sociológica” (CARVALHO, 1939, p. 29-30).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

compêndios, será essa a modalidade de texto escolar a marcar a trajetória de Delgado de Carvalho enquanto autor de obras voltadas para o ensino de Sociologia.

Seus compêndios, no entanto, colocados no âmago do já citado momento de transição, apresentam algumas características que os diferenciam de seus congêneres do século anterior. Entre essas características encontram-se sua preocupação com o detalhamento da utilização do compêndio no desenrolar do trabalho a ser desenvolvido pelo professor. Assinale-se, no entanto, que essa preocupação é coerente com a necessidade de um maior grau de simplificação e objetivação do trabalho didático, quando o ensino coletivo, a seriação dos estudos e a especialização dos conteúdos disciplinares se faziam cada vez mais presentes.

Acrescente-se às citadas especificidades a adesão do autor ao movimento da escola nova no Brasil, principalmente ao pragmatismo, fato que marcará sobretudo o conteúdo dos textos escolares de Delgado de Carvalho. Nessa perspectiva, acompanhando o caráter sintético que distingue o compêndio, aparecem referidos nas obras em estudo os dois clássicos da Sociologia – Karl Marx e Émile Durkheim. Note-se, no entanto, que o trabalho de ambos, considerado por Delgado de Carvalho como exemplos de uma tendência especulativa e filosófica que marcaria a Sociologia europeia, são comparados à produção sociológica norte-americana, sobretudo aos trabalhos de Leslie Ward e da Escola de Chicago. Principalmente esta última, de viés pragmatista, parece mais adequado a Delgado de Carvalho para a projeção de uma Sociologia positiva, capaz de instrumentalizar o educando para a resolução de problemas postos por uma sociedade em mudança.

É interessante assinalar, contudo, que tanto Delgado de Carvalho como outros compendiatadores no âmbito do ensino de Sociologia, como foi o caso de Fernando de Azevedo, pautam-se por uma posição em defesa do acesso o mais amplo possível ao conhecimento; e, conseqüentemente, projetam em seus compêndios a necessidade de um professor capaz de conduzir o aluno nessa trilha. Essa proposta, bem como outros detalhamentos da forma como foi pensado e organizado o trabalho didático no âmbito da escola nova, se colocam como possibilidades abertas à pesquisas futuras sobre os temas aqui abordados.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Referências

- ALVES, G. L. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ALVES, G. L. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)**. Ibitinga: Humanidades, 1993.
- ALVES, G. L. **Textos escolares no Brasil**. Campo Grande: 2011. Mimeo.
- CARVALHO, L. M. G. de. Introdução. In: _____ (Org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de Sociologia no ensino médio**. Ijuí: EdUnijuí, 2004. p. 17-60.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BRITO, S. H. A. de. A organização do trabalho didático no Colégio Pedro II e o ensino de Sociologia (1925-1945). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2011. **Anais...** Vitória: UFES, 2011.
- BRITO, S. H. A. de. A produção de manuais didáticos e o ensino de Sociologia na escola média em dois momentos históricos (1935-1989). **Revista HISTEDBR On Line**, Campinas, número especial, p. 58-75, maio 2010.
- COSER, L. **A History of Sociological Analysis**. New York: Basic Books, 1978.
- COSTA, P. C. da. **A voz do mestre: trajetória intelectual de Carlos Delgado de Carvalho**. Rio de Janeiro: 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – UERJ.
- COSTA, P. C. da. Apresentar o Brasil aos brasileiros, aproximar os brasileiros de sua pátria: a materialidade na geografia escolar de Delgado de Carvalho. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 265-283, jul./dez. 2011.
- COSTA, P. C. da. Uma escrita aos professores: os prefácios dos livros de Delgado de Carvalho. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006. **Anais...** Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 3386-3396.
- LANCILLOTTI, S. S. P. **A constituição histórica do processo de trabalho docente**. Campinas: 2008. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP.
- MEUCCI, S. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Campinas: 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas.
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SOARES, J. da C. **O ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)**. Rio de Janeiro: 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VEIGA, I. P. A. (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 19.ed. Campinas: Papirus, 2008.

Fontes primárias

- AZEVEDO, F. de. **Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de Sociologia Geral**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1935. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 4 - Iniciação Científica, v. 9).
- CARVALHO, C. D. de. **Introdução metodológica aos Estudos Sociais**. 2.ed.rev.aum. Rio de Janeiro: Agir, 1970.
- CARVALHO, C. D. de. **Práticas de Sociologia: matéria essencial (circulares 1.200 e 3.344 do D.N.E. para o Concurso de Habilitação às Escolas Superiores – 1938)**. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1939.
- CARVALHO, C. D. de. **Sociologia**. Rio de Janeiro: A. Alves, 1931.
- CARVALHO, C. D. de. **Sociologia experimental**. Rio de Janeiro: Sauer, 1934.
- COLÉGIO PEDRO II. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_Pedro_II>. Acesso em: 7 fev. 2011.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

COLÉGIO PEDRO II. **Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1920-1925.** Rio de Janeiro: 1920-1925.

COLÉGIO PEDRO II. **Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1925-1934.** Rio de Janeiro: 1925-1934.

DORIA, E. **Memória histórica do Colégio Pedro II (1837-1937).** 2.ed. Brasília: INEP, 1997.

IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO SEGUNDO. **Summario das instrucções que devem ser observadas no ensino das materias do curso de estudos do Imperial Collegio de Pedro II durante o anno lectivo de 1862.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.

IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO SEGUNDO. **Summario das instrucções que devem ser observadas no ensino das materias do curso de estudos do Imperial Collegio de Pedro II durante o anno lectivo de 1865.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. (Orgs.). **Programa de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951).** Curitiba: 1988.

VIEIRA, S. L. (Org.). **Leis da reforma da educação no Brasil: Império e República.** Brasília: INEP, 2008.

